

A estratégia da renúncia anunciada

Por um triz a CPI do Orçamento não amanheceu ontem sem presidente. Por muito pouco não está o PMDB, partido que hoje realiza sua catarse na voz de Orestes Quércia, sentado no lugar de Jarbas Passarinho. Não fossem os caciques do PFL entenderem a sutil ameaça — feita em tom brando, macio, cordial — do presidente da CPI, o Congresso estaria agora com sua credibilidade no chão. Na segunda-feira à tarde, sentindo que seria derrotado na questão da convocação dos governadores do Maranhão, Sergipe e Distrito Federal para depor, Passarinho jogou o cargo na mesa de negociação.

“Se a minha posição for derrotada, devolvo o cargo a quem me indicou, o PMDB”, disse Passarinho bem no final de uma reunião com os deputados Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), Benito Gama (PFL-BA), José Lourenço (PPR-BA) e o senador Marco Maciel (PFL-PE). Os quatro, que estavam ali para tentar convencer o senador a não convocar os dois governadores do PFL — Edison Lobão (MA) e João Alves (SE) — iam saindo, estavam na porta já se despedindo, quando ouviram a frase, dita em voz baixa, quase sibilante.

Atônitos, os parlamentares ficaram mudos e, sem dar palavra, passaram no gabinete do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para cumprimentos rápidos e seguiram para o de Marco Maciel. Só então foram processar e avaliar a gravidade do recado. A conclusão foi a de que muito mais complicado do que aceitar os depoimentos dos governadores sem reclamar, seria o risco de deixar a CPI sem presidente duas semanas antes do final dos trabalhos da comissão.

Rapidamente, a ameaça de Passarinho correu entre os 20 parlamentares que iriam participar da votação e o resultado virou. A convocação venceu por 15 a 5 mas, segundo avaliações internas, não fosse a manobra de última hora de Passarinho, quatro pefelistas ficariam contra a convocação, no que seriam acompanhados por Gilberto Miranda (PMDB-AM) e Fernando Freire (PPR-RN). Os governadores aí estariam a salvo da CPI e Passarinho — já desgastado e agastado com o noticiário dos jornais da semana passada dando conta de que a CPI recuara diante da pressão dos governadores — teria uma derrota política considerável.

Mesmo com a diferença de apenas um voto. Mais do

que isso, ficaria exposta a divisão da CPI. Uma decisão de 11 a 10. Pelo que se vê, correu-se vários riscos na calada da segunda-feira à tarde no Congresso. O presidente talvez fosse o único que não corresse tantos riscos, já que sairia da comissão pessoalmente fortalecido pela nobreza demonstrada. A CPI, essa, coitada, se veria num impasse. O Congresso, daria a impressão de que não resiste à mais rasa das pressões. A esquerda ficaria sem seu maior aliado — o ex-inimigo de épocas mais duras. A direita, sairia como a grande culpada de tudo. A opinião pública, com um sorriso cínico, invocaria mais uma vez a regra paulistana pela qual tudo, no Brasil, acaba em pizza. Ou a norma carioca, de que o final é mesmo em samba.

Enfim, não haveria quem ganhasse um grão se o senador Passarinho cumprisse mesmo a ameaça, aliás, já feita em outras ocasiões, nessa mesma CPI, quando sentiu-se afrontado em alguma questão. Tal como quando descobriu, com dois ou três dias de atraso, que o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) estava de posse dos documentos encontrados na casa de um diretor da empreiteira Norberto Odebercht, envolvendo políticos com a máfia do Orçamento.

Ao longo desta segunda-feira, acabou-se descobrindo que outras pessoas sabiam que Jarbas Passarinho pretendia abandonar a CPI caso os governadores não fossem convocados. Um deles era justamente um dos interessados, o governador de Sergipe, João Alves. Outro, o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que, subitamente, mudou de posição e decidiu votar com o presidente. Justamente ele que anteriormente dera declarações de que fosse ele governador não deporia numa CPI.

É defensável a convocação dos governadores. Afinal, foram citados em algum momento das investigações. O que se discute é, primeiro, se o depoimento deles terá alguma utilidade prática — uma vez que pouco ou nada têm a ver com o orçamento diretamente. A utilidade política, a demonstração de independência do Congresso, é indiscutível. É possível colocar em dúvida — e muita gente já questiona isso dentro do Legislativo e da própria CPI — se tornar parlamentares reféns de uma renúncia é a forma mais sereana de se conduzir um processo investigatório da importância histórica da CPI do Orçamento.